

FARIA, Antônio Gonçalves de

*const. 1891; min. Agric. 1891-1892; min. Faz. 1891-1892; rev. 1893.

Antônio Gonçalves de Faria nasceu em São Sapé (RS) no dia 17 de janeiro de 1854, filho de Mateus Gonçalves de Faria e de Umbelina Maria do Carmo Gonçalves de Faria.

Iniciou seus estudos no Colégio Gomes, em Porto Alegre, e no Colégio Marinho, na capital do Império. Posteriormente matriculou-se na Escola Naval, mas desistiu da carreira, ingressando na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, pela qual se formou em engenharia civil em 1877. À época, a Escola Politécnica – antiga Escola Central, até 1874 – era um ambiente intelectual impregnado de teorias científicas, como o positivismo, que no Brasil foi identificado com uma das mais importantes correntes políticas favoráveis à República, o que certamente o influenciou.

Depois de formado retornou ao Rio Grande do Sul e estabeleceu-se em Caçapava do Sul. Logo começou a participar da vida política gaúcha, ingressando no recém-fundado Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e sendo um dos fundadores, 1884, do jornal *A Federação*, órgão oficial da agremiação. Nesse mesmo ano, tomou parte no lançamento de outro periódico, *O Rio Grande*, diário político de Porto Alegre. Com a proclamação da República em novembro de 1889, foi nomeado superintendente de Obras Públicas no governo do marechal José Antônio Correia da Câmara no Rio Grande do Sul, que durou apenas três meses, de 15 de novembro de 1889 a 11 de fevereiro de 1890. Após a renúncia marechal Câmara, assumiu o governo, também por três meses, até 6 de maio de 1890, o general Júlio Anacleto Falcão, que o nomeou segundo vice-governador, e a Júlio de Castilhos, primeiro vice-governador. Eleito deputado constituinte em 15 de setembro de 1890, exerceu o mandato de 15 de novembro daquele ano a 26 de fevereiro de 1891.

Com o início do governo de Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República, foi nomeado ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas, e interinamente ministro da Fazenda (até 26 de novembro), entre as gestões de Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, e de Francisco de Paula

Rodrigues Alves. Voltaria ainda uma vez como interino ao Ministério da Fazenda entre 31 de dezembro de 1891 e 10 de janeiro de 1892, em substituição a Rodrigues Alves. Ao longo da sua gestão no Ministério da Fazenda, que se estenderia até 22 de junho de 1892, foi instituída a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil – Missão Cruls –, por meio da Portaria nº 119-A, de 17 de maio de 1892.

Após deixar o ministério, retornou ao Rio Grande do Sul no momento em que se acirravam as contradições entre os grupos políticos locais e o governo federal. O líder republicano gaúcho Júlio de Castilhos, originalmente ligado a Deodoro da Fonseca, renunciara ao governo do estado após a subida de Floriano Peixoto ao poder. Todavia, após alguns reveses, conseguiu voltar em 1893 à chefia do Executivo do Rio Grande do Sul com apoio do próprio Floriano, provocando a sublevação de elementos ligados ao Partido Federalista, como Gaspar Silveira Martins e Demétrio Ribeiro. A este último grupo Antão de Faria se alinhou, tomando parte naquela que ficou conhecida como Revolução Federalista, que só seria debelada em 1895, já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Perseguido, exilou-se na Argentina por breve período. Voltou ao Brasil em 1894, e a partir de então abandonou a carreira política.

Morreu em Porto Alegre, no dia 4 de fevereiro de 1936.

Demian de Melo

FONTES: BULHÕES, A. *Ministros*; MIN. FAZ. *Ministros*.